



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM

DECISÃO 298/2021

Reunião: PLENÁRIA-ORDINÁRIA - Nº 544/2021 - Plenária - 24/06/2021 das 18:00 as 23:00

Decisão: 298/2021

Referência: 2599741/2019 - Auto: 42540/2019

Interessado: BIG TRADING E EMPREENDIMENTOS LTDA

EMENTA: Auto de infração - EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO - PESSOA JURÍDICA LEIGA. Atendimento a pressupostos de admissibilidade. Cabimento. Recurso desprovido.

DECISÃO

A Plenária do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM, no uso de suas atribuições legais, reunida em 24 de junho de 2021, analisando o relato e voto fundamentado do(a) conselheiro(a) Amarildo Almeida De Lima, objeto de solicitação de processo fiscal-relatório fiscal Big Trading E Empreendimentos Ltda, Considerando a Resolução no. 1.008/04-CONFEA, de 09 de dezembro de 2004, que dispõe sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades; Considerando o artigo 73 da Lei no. 5.194, de 1966, que estipula as multas a serem aplicadas às pessoas físicas (profissionais e leigos) e às pessoas jurídicas que incorrerem em infração a legislação profissional, de acordo com a gravidade da falta cometida; Considerando que em 29/10/2019 a autuada tomou conhecimento do A.I., lavrado por infração à Legislação profissional do Sistema CONFEA/CREA, sendo-lhe conferido o prazo de 10(dez) dias para apresentar, caso quisesse, defesa escrita, o que não aconteceu; Considerando que os agentes de fiscalização dos Conselhos de Fiscalização Profissional gozam de fé pública; Considerando que da decisão da câmara especializada a autuada poderá interpor recurso ao Plenário do CREA-AM; Considerando o Ofício 1732/2020-GP/CREA-AM encaminhando a Decisão da Especializada para conhecimento e/ou tomada de providências da Decisão com prazo de 60 (sessenta) dias a contar do recebimento, o que aconteceu via AR no dia 27.01.2021, e o recurso foi interposto em 11.03.2021. Portanto, o recurso é TEMPESTIVO; Considerando os seguintes documentos acostados ao RECURSO: RRT (Emitida junto ao CAU/BR) Retificador em 31.10.2019 nº SI8920723R01CT001 (Execução de Obra: Execução de terraplenagem, drenagem e pavimentação; Execução de sistema viário e acessibilidade; Execução de instalações elétricas prediais de Baixa Tensão; Execução de instalações prediais de prevenção e combate a incêndio; Execução de instalações prediais de águas pluviais; Execução de instalações hidro-sanitárias prediais; Execução de instalações de ventilação, exaustão e climatização; Execução de estrutura metálica; Execução de estrutura pré-fabricada; Execução de estrutura de concreto); TRT (Emitida junto ao CTF) nº BR20190364875 (Execução de Obra: Subestação de Energia Elétrica Abrigada de 750 kVA; Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas - SPDA). ART (Emitida junto ao CREA/AM) nº AM20190189172 de 01/11/20219 (Execução de Obra: Subestação de Energia Elétrica Abrigada de 750 kVA; Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas - SPDA). Considerando a RRT nº SI8920723R01CT001 de Autoria do Arquiteto e Urbanista ADAMS EMMANUEL PINTO onde o mesmo, ao assumir responsabilidade em atividades como Terraplenagem, Drenagem, Pavimentação, Instalações Elétricas, Instalações de Prevenção e combate a incêndio, Ventilação, Exaustão, Climatização, Estrutura Metálica, Estrutura Pré-Fabricada, Estrutura de Concreto, dentre outras, com base na Resolução nº 51 do CAU-BR, s.m.j. adentrou em áreas relacionadas a diversas ENGENHARIAS; Considerando o TRT nº RT nº SI8920723R01CT001 de Autoria do Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Telecomunicações, Técnico em Eletrônica, Técnico em Automação Industrial Sr. DJALMA ALMEIDA ARAÚJO JUNIOR, onde o mesmo ao assumir responsabilidade em atividades de Execução de Subestação Abrigada de 750 kVA e Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA), nos termos da Resolução nº 74 do CFT e outras porventura correlatas, da mesma forma, s.m.j., responsabilizando-se tecnicamente por serviços técnicos para os quais não possui a devida habilitação, em contraponto às ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS DO ENGENHEIRO ELETRICISTA - MODALIDADE ELETROTÉCNICA. Considerando que o Sr. DJALMA ALMEIDA ARAÚJO JUNIOR apresentou a ART nº AM20190189172 como Especialista em Segurança do Trabalho e Pós Graduação Lato Sensu em Engenharia Elétrica, Eletrônica pra Indústria, e verificamos que o mesmo não possui Graduação em Engenharia, logo não poderia continuar com registro neste Conselho, haja vista a sua FORMAÇÃO INICIAL ser como TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA, TÉCNICO EM TELECOMUNICAÇÕES, TÉCNICO EM ELETRÔNICA, TÉCNICO EM AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL; Considerando, complementarmente, que, não obstante as legislações atinentes ao CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO - CAU-BR e ao CFT - CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS, sabe-se que as atribuições são concedidas com base na legislação consolidada pela Resolução 1.048/2013 do CONFEA: "Cada uma das modalidades tem um leque de atribuições, no entanto cada um dos cursos tem uma grade curricular registrada no Conselho e é com base nela que o profissional recebe suas atribuições iniciais."; Considerando que o MEC estabeleceu diretrizes para os projetos pedagógicos dos cursos de graduação nas engenharias, através da Resolução CNE/CES, de 11 de março de 2002, e que, por conseguinte, as atribuições são concedidas com base na formação e competências adquiridas; Considerando, ademais, que a Lei 12.378/2010, que instituiu o CAU/BR, especifica que "serão consideradas privativas de profissional especializado as áreas de atuação nas quais a ausência de formação superior exponha o usuário do serviço a qualquer risco ou danos materiais à segurança, à saúde ou ao meio ambiente". Nestes termos, as áreas privativas foram enumeradas pela



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM

DECISÃO 298/2021

Resolução 51/2013 e, em muitos casos, o argumento lógico foi desconsiderado, visto que a formação está prevista nas diretrizes curriculares dos cursos de Arquitetura, Agronomia e Engenharias; Considerando, por fim, que tanto o arquiteto e Urbanista, quanto os Técnicos Industriais de Nível Médio, devem responder apenas sobre o que estiver ao alcance de seus conhecimentos técnicos de formação, estando clara a distinção das capacidades técnicas dessas profissões, em se tratando de obras/serviços técnicos de Engenharia. considerando finalmente o parecer exarado pelo Conselheiro relator desta Câmara Especializada, **DECIDIU** por unanimidade, pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração nº 42540/2019, lavrado em desfavor da pessoa jurídica BIG TRADING E EMPREENDIMENTOS LTDA, cuja infração refere-se a "EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO - PESSOA JURÍDICA/ LEIGA", com o pagamento da penalidade aplicada (Multa), corrigida na forma da lei, considerando a não regularização do fato gerador, bem como o cancelamento do Registro Profissional (e suas respectivas ART's emitida após migração para outro Conselho) do Sr. Djalma Almeida Araújo Júnior, tendo em vista que este não detém Graduação abrangida pelo Sistema CONFEA/CREA. Decisão proferida na 543ª Sessão Ordinária de Plenário. Coordenou a reunião o senhor **Afonso Luiz Costa Lins Junior**. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros: Ademar Antonio Ferreira, Amarildo Almeida De Lima, Arlindo Pires Lopes, Audinei Lima Leite, Carlos Malom Alencar Queiroz, Claudedir Malveira De Souza, Dinilson Bandeira Robert, Douglas Alberto Rocha De Castro, Edson Queiroz Da Fonseca Junior, Eirie Gentil Vinhote, Joao Claudio Ferreira Soares, Jose Augusto Bezerra De Abreu, Jose Josimar Soares, Jossandra Alves Damasceno, Kelly Ambrosio Neto, Luis Antonio De Araujo Pinto, Raimundo Humberto Cavalcante Lima, Roberval Sousa Protasio, Romina Alves Dos Santos, Samir Oliveira Salles, Silfran Rogerio Marialva Alves (suplente), Wagner Ornellas Da Silva Corrêa Lopes, Waldo Guimaraes Aparicio. Não houve voto contrário. Não houve abstenção.

Cientifique-se e cumpra-se.

Manaus, 24 de junho de 2021.

AFONSO LUIZ COSTA LINS JUNIOR
Coordenador da Reunião